

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Ana Clara Alvares Oliveira Girardi

**FORMAÇÃO DA BURGUESIA BRASILEIRA: (DES)CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO  
NACIONAL**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientador: Prof. Dr. Leonardo Silva Andrada

Juiz de Fora  
2023

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **ANA CLARA ALVARES OLIVEIRA GIRARDI**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201972033A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **FORMAÇÃO DA BURGUESIA BRASILEIRA: (DES)CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL**, desenvolvido durante o período de MARÇO DE 2023 a JULHO DE 2023 sob a orientação de LEONARDO SILVA ANDRADA, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**ANA CLARA ALVARES OLIVEIRA GIRARDI**

### **Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# FORMAÇÃO DA BURGUESIA BRASILEIRA: (DES)CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Ana Clara Alvares Oliveira Girardi<sup>1</sup>

## RESUMO

Debater o Brasil é uma tarefa bastante complexa e cercada de especificidades. Quanto mais se estuda, mais se depara com suas particularidades históricas. Em meio a um cenário de desenvolvimento capitalista global, revoluções e revoltas foram ocorrendo nas grandes nações ocidentais e também nas Américas na era moderna pós século XVI. Este trabalho busca investigar as particularidades da formação da burguesia brasileira, bem como seu caráter antirrevolucionário e conciliatório. Como aspecto basilar para o prosseguimento deste estudo, dois autores dispostos a pensar o Brasil fazem parte dessa proposta de interpretação. Por um lado, Florestan Fernandes e sua abordagem a respeito da emergência de uma ordem social competitiva e, por outro lado, Antônio Carlos Mazzeo, buscando examinar as particularidades da “via brasileira” de progresso. Propõe-se, portanto, discutir neste trabalho, as características mais fundamentais da formação social, econômica e política brasileira, destacando a burguesia e sua atuação em meio ao processo de desenvolvimento na então colônia de Portugal e como tal atuação reverbera na contemporaneidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** burguesia, colônia, atraso, ordem social.

## 1. INTRODUÇÃO

Debater o Brasil é algo bastante complexo e cercado de especificidades. Quanto mais se estuda, mais se depara com as particularidades históricas. A formação social, econômica e política brasileira é um processo repleto de características únicas, em meio ao desenvolvimento de uma ordem social específica, vindas desde o século XVII, no contexto colonial.

Em meio a um cenário de desenvolvimento capitalista global, revoluções e revoltas foram ocorrendo nas grandes nações ocidentais e também nas Américas na era moderna pós século XVI. Movimentos estes que iriam impactar drasticamente os rumos da história mundial, alterando a lógica produtiva e de acumulação, que virá a ser o capitalismo moderno-industrial.

Nesse enquadramento, a investigação se volta para algumas características que serão esmiuçadas neste trabalho a fim de sintetizar tais particularidades, as quais não se esgotam nesse estudo. O ponto de partida para compreender de que modo o Brasil se constituiu como um país considerado à margem, se funda na tentativa de apreender o papel da burguesia nesse processo. Quais fatores – estruturais, políticos, sociais, internos ou externos -, possuem maior influência sobre a atuação da burguesia para o não desenvolvimento, ou, o lento desenvolvimento do país.

É importante destacar, já adiantando, de certa forma, que tal conjuntura nacional enfrentou um processo único e específico, como salienta Mazzeo (1950), e certas interpretações acabaram por não considerar esse fator como algo de suma importância, buscando enquadrar o “caso brasileiro” ou “via brasileira” neste ou naquele modelo de processo de desenvolvimento. Além do mais, alguns pontos a se pensar surgem ao se deparar com este tema como, se a burguesia brasileira possuía certa inabilidade de condução para o desenvolvimento capitalista? Enfrentava conflitos externos que refreavam seu ímpeto modernizador e anticolonial? A própria estrutura latifundiária e escravista era um problema? Em síntese, como apresentado anteriormente, o Brasil possui, assim como cada nação, um caso único, diferente das demais, de seu processo modernizador.

Como aspecto basilar para o prosseguimento deste estudo, dois autores dispostos a pensar o Brasil fazem parte dessa proposta de interpretação. Por um lado, Florestan Fernandes e sua abordagem a respeito da emergência de uma ordem social competitiva e, por outro lado, Antônio Carlos Mazzeo, buscando examinar as particularidades da “via brasileira”.

Propõe-se, portanto, discutir neste trabalho, as características mais fundamentais da formação social, econômica e política brasileira, destacando a burguesia e sua atuação em meio ao processo de desenvolvimento na então colônia de Portugal. Para isso, o trabalho se apresenta dividido em quatro tópicos, além desta introdução,

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: anaclara1917g@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Leonardo Silva Andrada

buscando delinear os movimentos acontecidos no território brasileiro. Primeiramente, será demonstrada a estrutura econômica colonial e de que maneira o capitalismo se introduz na sociedade brasileira. Em seguida serão tratadas as questões que dizem respeito às “vias” de desenvolvimento e a estrutura dessa sociedade colonial. Em terceiro passo, como esse processo reverbera na contemporaneidade nacional e, em última instância, as considerações a respeito do processo brasileiro de desenvolvimento do capitalismo.

## 2. ESTRUTURA ECONÔMICA COLONIAL BRASILEIRA

Para o exercício de compreensão do caso brasileiro de desenvolvimento capitalista, como também de seu cenário econômico, social e político, se faz necessário percorrer certa trajetória de fatos. A começar pelo seu contexto colonial, neste caso sendo a colônia portuguesa na América do Sul. Em primeiro lugar devemos entender a situação de Portugal, que demonstrava sinais de decadência econômica e perda de relevância quando comparado à potência inglesa no velho continente. Além disso, Portugal ainda estava submetido a estruturas produtivas um tanto quanto atrasadas, de caráter mercantilista e, conseqüentemente, dependente de suas colônias e subordinado aos mandos da Inglaterra que exercia o controle do comércio português já em princípio do século XVII (MAZZEO, 1950).

Outro ponto de destaque é o movimento ideológico de liberalismo econômico que se observava nas grandes potências europeias na era moderna, em vista da larga transformação de seus setores produtivos e de sua forma de acumulação. Portugal, em situação de atraso e colhendo os frutos, negativamente, pelo seu pioneirismo atrelado à produção mercantil, percebe, tanto a Inglaterra quanto a França, transformarem seu modo de produção para uma produção manufatureira e implementando, conjuntamente, o assalariamento. Isto quer dizer, extinguem o escravismo e configuram-se para um processo industrializador. Era perceptível a pujante transformação dos modos de produção exercida pela dinâmica manufatureira na Europa desenvolvendo a produção em larga escala, ampliando seu mercado e as bases de acumulação. Em síntese, Portugal estava pagando o preço pelo seu ímpeto mercantilista, dependente da produção agrária de suas colônias, enquanto declinava economicamente e sem pretensões mais efusivas de uma ruptura com sua base feudal e mercantilista.

O que ocorria, por outro lado, é que Portugal não era de todo modo contrário à mudança. Havia por parte da aristocracia portuguesa, como salienta Mazzeo, certas inclinações modernizadoras. Contudo, o forte conservadorismo contrário a rupturas abruptas e temente a não manutenção do *status quo* de poder político por parte dessa aristocracia, via como alternativa reformas conciliatórias de classe – que nesse sentido são as classes burguesas e aristocráticas portuguesas, e nunca as massas populares. Como fica exposto por Mazzeo:

Portanto, não ocorre uma ruptura revolucionária, como nas formações sociais em que o desenvolvimento do capitalismo não aparece tardiamente, mas sim uma *articulação conciliatória*, onde as camadas populares são mantidas à margem. Esse tipo de sociedade, como resultado da própria relação social em que está assentada, configura-se como um Estado mercador, tendo por “tipo social” uma nobreza mercantil dominante; um *bourgeois-gentilhomme*. Juntamente com isso, temos também o alto funcionário-mercador enobrecido. Nessa sociedade, em que a estrutura econômica dominante é o mercantilismo, coexistem a mentalidade burguesa e a nobre-mercantil. Daí seu elemento ambíguo, sendo que é nessa ambigüidade que encontramos os nexos lógicos para que expliquemos a não existência de uma burguesia de mentalidade industrial forte e hegemônica. (MAZZEO, 1950, p. 63)

Feita essa breve sistematização da conjuntura econômica e política da metrópole, observa-se, então, a repetição desse cenário no Brasil colonial. Mas antes, se faz necessário elucidar, conforme apresenta Mazzeo em sua análise, as circunstâncias encontradas no território brasileiro, a respeito do liame entre a metrópole e colônia, não era simplesmente uma relação de causa e efeito. Ela continha suas particularidades e, sobretudo, é possível interpretar como uma relação de herança de pensamentos, de propostas conservadoras de manutenção da ordem, em que, conseqüentemente, se mantém as mesmas relações de produção, da metrópole, na colônia.

Em princípio essa herança não foi somente ideológica, mas também econômica, cultural e política. A começar pelo fator de origem colonial, o Brasil já se encontrava inserido dentro da lógica mundial de acumulação

e produção, mesmo que relativamente e anterior a ordem social competitiva (FERNANDES, 2006). Contudo, apresentava uma estrutura mercantilista, agrária e latifundiário-escravista. O que é possível perceber são estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade portuguesa moldando essas mesmas estruturas na colônia, sendo assim, esse processo repete a mesma lógica nas sociedades nacionais ulteriores. Para exemplificar essa observação, Florestan Fernandes aponta que:

O Brasil corresponde normalmente a essa regra. Nele, as estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade colonial não só moldaram a sociedade nacional subsequente: determinaram, a curto e a longo prazos, as proporções e o alcance dos dinamismos econômicos absorvidos do mercado mundial. Elas se revelaram bastante plásticas em face do que se poderia chamar de reorganização do *mercado colonial*, adaptando-se rapidamente a dupla polarização dos negócios de exportação e de importação, controlados economicamente por um centro hegemônico externo, mas dirigidos politicamente a partir de dentro. No entanto, as mesmas estruturas mostraram-se pouco elásticas e por vezes até rígidas na absorção dos dinamismos econômicos que eram centrais para a expansão interna do capitalismo. Nessa esfera, os condicionamentos externos dependiam, para ter êxito a curto e a longo prazos, da rapidez com que ruissem as estruturas coloniais de vida econômica, social e política. (FERNANDES, 2006. p. 150)

Nesse sentido, o que foi se solidificando em território colonial foi uma ordem social aristocrata, latifundiária e escravista com ideais e propósitos voltados para a manutenção desse *status quo*. Longe de se basear no processo que ocorria na Inglaterra e na França, Portugal faz da colônia sua adaptação feudal com pequeno viés modernizador.

A organização produtiva no Brasil foi percebida, tanto por Florestan Fernandes como por Mazzeo, como problema crucial para o desenvolvimento capitalista e da ordem social competitiva. Uma sociedade baseada na produção agrícola para exportação de bens primários, mão-de-obra escrava, vastos lotes de terra e com grandes dificuldades para a expansão interna do capitalismo. Era uma sociedade que enfrentava dificuldades estruturais de sua própria formação enquanto em contexto periférico e dependente em que, além do mais, tal situação reverberava negativamente para o surgimento de uma classe social de orientação capitalista (FERNANDES, 2006).

Nessa circunstância, soma-se a esta análise a contribuição de Celso Furtado (apud Teixeira, 2006) a respeito da economia agrário-exportadora do Brasil, na qual evidencia os impactos impeditivos para o desenvolvimento na colônia. Furtado demonstra dois aspectos dessa dinâmica:

esta orientação para o mercado externo baseada no trabalho escravo foi prejudicial e atrasou o desenvolvimento econômico brasileiro, porque: 1) a produção extensiva de gêneros agrícolas, possibilitada pela abundância de terras e pelo fornecimento de mão-de-obra escrava, limitou muito o progresso técnico; 2) o direcionamento para o mercado externo, associado à escassa renda monetária que só seria ampliada no século XIX com o surgimento do trabalho assalariado, limitavam o desenvolvimento de um mercado interno que traria uma dinâmica própria à economia colonial, por meio dos mecanismos multiplicadores da renda presentes nas economias de mercado. Além disso, esta estrutura econômica precária e instável no tempo e no espaço, baseada na monocultura para exportação, na grande propriedade rural e no trabalho escravo promoveu grande concentração da renda entre as classes sociais e também do ponto de vista regional, ficando a renda concentrada no litoral e principalmente nos estados do Sudeste e Sul, que se desenvolveram muito à frente dos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, trazendo assim fortes desigualdades sociais e regionais. (TEIXEIRA, 2006)

Com presteza, as dificuldades de inserção no capitalismo, afirma Florestan Fernandes (2006), se deram, além disso, pela própria inaptidão da ordem senhorial somada à discordância, rigidamente preponderante, desse corpo social em se enquadrar “aos requisitos econômicos, sociais, culturais e jurídico-políticos do capitalismo”. Apesar da própria situação colonial e periférica em que se encontrava o Brasil, reafirma, Florestan Fernandes, a aristocracia agrária, em detrimento de processos de amansamento ideológico próprio, não estava disposta à mudança de mentalidade ou tensões internas no seio da ordem latifundiária. A ideologia latifundiária era baseada em manutenções e conservação da ordem e de seus privilégios, dessa maneira, a sociedade escravista “não punha em jogo o privilegiamento econômico, social e político de sua posição na estrutura social; mas a organização escravista da sociedade, que lhe garantia a posição privilegiada (a qual pretendia modificar sem pôr em risco o próprio privilegiamento) (FERNANDES, 2006). Episódio este que se repetirá com novas roupagens através dos séculos, durante o liame de interesses entre burguesia e aristocracia às “vias” de desenvolvimento, desaguando, por fim, no momento atual.

### **3. AS “VIAS” DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA COLÔNIA**

Apreendendo a sociedade aristocrata brasileira, com sua transposição cultural, política e econômica vindas da metrópole, pouco adequada à estrutura dinâmica do capital, se faz necessário pensar como seria o processo de desenvolvimento, ou de passagem, de uma ordem escravista, autocrática e conservadora para elaborar um campo propício para o surgimento de uma ordem competitiva que fornecesse as bases para tal desenvolvimento.

O exercício a ser realizado, neste ponto, visa enquadrar as particularidades brasileiras em um tipo de “via” de desenvolvimento. Todavia, apresenta ocorrências distintas que fazem as semelhanças serem paralelas até certo ponto. Assim, duas etapas precisam ser debatidas. Uma diz respeito ao exercício de compreensão de que aqui, no Brasil, não houve revolução aos moldes de França e Inglaterra, a “via clássica”, a qual rompeu totalmente com a estrutura produtiva feudal. Outra, a via conciliatória, a “via prussiana”, é a que mais se aproxima para assimilar as características brasileiras de desenvolvimento.

Os debatedores do pensamento social brasileiro, dispostos a pensar as razões do problema de desenvolvimento, convergem seus apontamentos a fim de esclarecer a não ocorrência de uma revolução na Colônia. Buscam, além do mais, caracterizar as circunstâncias impeditivas desse processo que culminou em atraso, subjugação e marginalização econômica.

A problemática encontrada na Europa direciona para a concepção do obstáculo de uma sociedade feudal que seria o contraponto da lógica capitalista burguesa que ganhava força e se solidificava em meados do século XVIII. Ora, ambos os países, Inglaterra e França e suas respectivas sociedades, viram o campo de progresso se formando no horizonte. Consequentemente encontraram toda uma dinâmica social favorável a articulações políticas antifeudais de cunho revolucionário. Obviamente, as duas nações supracitadas também encontraram histórias próprias em seus contextos. Na Inglaterra, segundo Mazzeo, “a nobreza que vai se aburguesando reforça o processo de acumulação capitalista”, tendo em vista as posses dos senhores feudais se transformando, por assim dizer, em propriedade capitalista. Já no caso francês, reforça o autor, ocorrerá tardiamente em comparação ao caso inglês. Logo, tal atraso acarretará em processos de insurreição, de uma radicalização política. Portanto, “a revolução será mais radicalizada, pois é uma burguesia amadurecida ideologicamente que irá pôr abaixo os entraves para o seu desenvolvimento, em aliança com o campesinato, a pequena burguesia e as classes populares urbanas”. Este caso francês é definido por Mazzeo como “tipicamente burguês”.

Destaca-se, ainda, na “via clássica” de desenvolvimento a semelhança fulcral desse processo, a revolução de caráter burguês. Logo, o processo “clássico” em que a escalada burguesa revolucionária toma forma política, essa burguesia talhada, com as bases segmentadas e com campo para o desenvolvimento, acende-se, em consequência, a força das massas populares em detrimento da aniquilação da ordem feudal anteriormente estabelecida. Isto ocorre através de uma base “ideológico-teórica”, a saber, o liberalismo, fundamental para a organização de uma cultura em vias do progresso, apta a desempenhar o papel de ruptura do velho e dando caminho para o novo (MAZZEO, 1950, p 70). Fica de exemplo para compreendermos o caso brasileiro, que ambos os episódios descritos partiram de uma articulação entre a burguesia clamorosa pela mudança de paradigma associada às massas populares em um movimento que mudaria os rumos econômicos mundiais.

Para aproximar da situação de desenvolvimento brasileiro, foi necessário expor as características da via revolucionária burguesa europeia (Inglaterra e França), a fim de perceber como a organização política presente na época colonial do Brasil não se articulava em vias de um progresso com transformações abruptas. O caráter brasileiro foi pautado por uma ordem social senhorial, dotada de privilégios políticos e econômicos. Seu ideal, de

fato, era conservar essas estruturas de poder e de mando, perpetuando a ordem estabelecida. Mais precisamente, essa organização social colonial nada tinha de inclinações revolucionárias. Ponto que já exclui a “via clássica” da análise explicativa do panorama brasileiro buscando aproximar de uma outra, a “via prussiana”.

A via conciliatória de classes, pelo alto, conhecida como “via prussiana”, ocorreu, primeiramente, no caso alemão no que diz respeito ao avanço das suas forças produtivas (MAZZEO, 1950). Como característica central essa via se apresenta com qualidades reformistas e antirrevolucionária, como sublinha Mazzeo:

Nessa forma social de desenvolvimento temos uma situação em que a fazenda feudal do proprietário de terras se transforma lentamente em uma fazenda burguesa, *junker*, condenando os camponeses a décadas inteiras da mais dolorosa expropriação. Vemos, assim, que na Alemanha a passagem do feudalismo ao capitalismo se dá de forma lenta, sem rupturas de caráter revolucionário. A revolução burguesa dá lugar à reforma modernizadora, onde a nobreza *junker* se apossa do aparelho de Estado, que passa a ser o poderoso coordenador do processo de modernização. Nesse sentido, o novo paga um grande e pesado tributo ao velho, que se materializa no pacto conciliador que a burguesia fixa com a nobreza terratenente. A necessidade de unificação do país e a fragilidade de sua burguesia industrial impediram-na de romper revolucionariamente com a arcaica burocracia feudal sem desencadear um grande processo revolucionário. (MAZZEO, 1950, p. 70)

Neste caso típico de conciliação fica evidenciado pelo autor o fator exclusão das massas populares. No cenário exposto havia, contudo, a conciliação entre nobreza e a burguesia incipiente, culminando em um trajeto vagaroso de progresso no qual se conserva certos monopólios, como os de terra e poder, por exemplo.

O Brasil colonial se aproxima qualitativamente dessa situação, mas com uma diferença importante. Sua configuração de colônia portuguesa, sua conjuntura política, social e econômica direcionava os rumos do território para a via conciliatória em vista de seu desenvolvimento econômico. A organização social estabelecida no decorrer dos séculos possuía uma configuração caracteristicamente colonial, a aristocracia, as oligarquias latifundiárias, os escravos, o liberto e os homens livres dependentes (FERNANDES, 2006). Não obstante, Florestan Fernandes alerta para as tensões existentes nessa sociedade. Porém, como poderia se pensar inicialmente tais tensões não dizem respeito a conflitos entre as classes dominantes e as classes dominadas. Mas sim, tensões internas entre as classes dos privilegiados. Isto quer dizer, no seio da própria ordem social aristocrática. Como expõe o autor:

Em uma sociedade organizada em castas e estamentos, que conseguia preservar ou fortalecer seu padrão de equilíbrio e de desenvolvimento, os focos de tensão social mais importantes para a continuidade da ordem estabelecida localizavam-se nas posições dos estratos sociais privilegiados e dominantes. Esses estratos dispunham de meios para *fazer história* e para alterar “o rumo normal das coisas” Essa regra se aplicava especialmente a aristocracia agrária e nos ajuda a compreender como foi esta que gerou pelas tensões insolúveis da estrutura interna do “mundo dos privilegiados” e através do destino social do senhor — e não do escravo, do liberto ou do homem livre dependente — os germes da desagregação e da destruição da ordem social escravocrata senhorial. (FERNANDES, 2006, p. 153)

Tendo isso em vista, cabe ressaltar, tanto a “via clássica” como a “via prussiana” não explicam plenamente o tipo brasileiro de desenvolvimento. Isto se deve a um fator crucial e determinante que era seu contexto colonial, dependente e subjugado por forças imperialistas europeias com seu modo de produção ferozmente em desenvolvimento e em larga escala. Pode-se pegar, portanto, o modelo conciliatório e aproximar ao caso do Brasil como ferramenta analítica. Todavia, não se mostra possível o aprofundamento dessas características. Dessa forma, Mazzeo propõe um tipo particular para nomear o caso brasileiro como sendo a “via prussiano-colonial”.

Mazzeo formula a terminologia de “via prussiano-colonial” a partir de José Chasin que discutia a “via colonial”, em observância a formação brasileira. Explica o autor:

O aspecto “prussiano” aparece, assim, no sentido de caracterização de um processo tardio de acumulação de capital, consagrado na análise leniniana como uma *forma de desenvolvimento burguês, que se enquadra nas grandes tendências gerais de análise da entificação do capitalismo*. Pensamos então que, para melhor conceituar o processo brasileiro, a noção de “*via prussiano-colonial*” é a que mais expressa sua geneticidade, porque respeita a legalidade histórica de sua condição colonial e, ao mesmo tempo, considera a configuração tardia (ou “hipertardia”, como pontua Chasin) e agrária do processo de acumulação e posterior industrialização do Brasil. (MAZZEO, 1950, p. 75)

Não obstante, soma-se a essa caracterização típica do Brasil a sua herança política, cultural e econômica vindos da Metrópole. Para Florestan Fernandes o senhor, os detentores dos meios de produção colonial, se mostravam débeis em relação aos processos econômicos de mercado e Mazzeo apresenta como a não assimilação, por parte da nobreza, de um liberalismo econômico, no qual, aqui, como nos outros casos não relativos à “via clássica”, era notadamente conservadora e reacionária.

O momento de sua estrutura econômica não proporcionava caminhos para um modo de produção moderno. Sua forma latifundiária escravista era um entrave para a tomada de decisão de mudança de paradigma. Nisso surge a força política, limitada apenas aos detentores de terra, de dinheiro e de escravos, frearem o ímpeto capitalista de formação de uma ordem social competitiva.

Abrir o mercado, nos moldes da burguesia europeia, era profundamente danoso àquela ordem, determinando, sem embargo, a ruína de seus poderes de mando e econômicos. Por esse fato, não eram avessos a mudanças, mas sim, a mudanças bruscas que resultariam na perda de poder, sobretudo o poder político. Assim, a “burguesia colonial” associada a aristocracia, cautelosamente buscam tomar as rédeas desse movimento.

A ideia dessa conciliação pelo alto era conservar a ordem econômica colonial do país, bem como de suas relações sociais. Logo, “modernização” do Brasil, com relação ao contexto mundial do capitalismo, é realizada com o objetivo de manutenção dos fundamentos coloniais de sua organização produtiva” (MAZZEO, 1950, p. 80). Em suma, esse processo histórico de vagarosa e vacilante modernização reverbera até a contemporaneidade, deixando seu lastro de atraso a subjugação, afetando diversos segmentos da estrutura social, de sua formação urbana e de sua capacidade de desenvolvimento técnico e produtivo. Se mostrando, a partir desse ponto, uma ordem social burguesa ainda conciliatória em busca sempre do consenso pelo alto, e com forte viés autoritário.

#### **4. A BURGUESIA EM CENÁRIO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO**

Em termos gerais, este tópico buscará trazer à luz, sinteticamente, a forma de atuação da burguesia mais propriamente sólida no cenário contemporâneo brasileiro. Cenário precisamente datado do século XX em que transformações econômicas, políticas, sociais e estruturais emergem e dão sentido aos reflexos na contemporaneidade devido a atuação conciliatória precedente.

Advindas da produção cafeeira exportadora, responsável pelas condições iniciais de acumulação aos moldes capitalista, substituindo o trabalho escravo pelo trabalho livre, surgem, assim, as bases para a transformação dessa nova ordem social (CHAVES, 2021), a burguesia industrial empresarial brasileira. Essa nova conjuntura produtiva compreendia um segmento não agrário, exposto como “única classe dotada de capacidade de acumulação de capital” (ALBUQUERQUE, 2011). Tendo em vista este panorama, será fundamental deslocar o foco para a atuação dessas duas classes sociais, por assim dizer, a burguesia agrário-latifundiária e a burguesia urbano-industrial empresarial.

Ambos os segmentos sociais citados já exerciam forte participação naquilo que virá a ser o Estado burguês brasileiro, sendo este Estado ferramenta primordial para a manutenção do arranjo social de cunho conservador. Logo, essa burguesia em vias de formação e consolidação em âmbito brasileiro, se atrela de vez a este Estado, suscitando-o como representante da sociedade civil burguesa e instrumento que legitimará seus interesses exclusivos (IASI, 2019).



Sendo assim, a somar pela sua forma autocrática de ação, embarreirava, ainda, qualquer possibilidade de modernização, se isso fosse divergente do seu aspecto conservador. Evidentemente isso traria problemas para a perspectiva desenvolvimentista que germinava na ex-colônia. Considerando, não obstante, uma quebra de expectativa de parte da burguesia nacional inclinada à modernização e que acompanhasse a economia mundial, conforme Chaves reflete:

O horizonte de expectativas da burguesia brasileira será afetado diretamente por sua condição conservadora e subordinada. As vantagens encontradas na manutenção dessas condições resultaram em uma burguesia que utiliza sua potência para que não ocorram alterações econômicas estruturais. As transformações ocorrem na medida em que há mudanças nas relações com os países imperialistas e por eventuais pressões de frações da burguesia. (CHAVES, 2021).

Com isso é possível perceber a repetição dessa lógica cultural mantida desde os estamentos coloniais em benefício dos privilégios da sociedade civil burguesa. O contexto brasileiro, ainda que lentamente tentasse a superação por parte de alguns segmentos sociais detentores de certo poder econômico e político, ainda assim encontram barreiras que vem deixando seu eco desde os séculos XVII, XVIII e XIX. Em outras palavras, essa relação não afeta qualitativamente uma mudança na postura da burguesia em virtude de se romper com esse paradigma colonial (CHAVES, 2021), apenas remete a seu processo de passado conciliatório, de “prussianismo”.

Observando o fato que se segue desde o período colonial, de seu passado latifundiário-escravista, somado a emergência da burguesia urbana, é comum pensarmos que tal pacto resultaria em uma única força econômica, política e social, detentora desse poder hegemônico. Ocorre, em consequência disso, supor que a aliança burguesa, ou nobreza-burguesa colonial, no período das “vias” de desenvolvimento, se predisporia a iniciar transições para o processo de desenvolvimento interno e autônomo da nação. Vale ressaltar, portanto, a não existência dessa ordem social, coesa e unificada. Isto quer dizer, não se realizou, aqui, a existência de uma burguesia nacional interessada a pensar no progresso social e econômico do Brasil (GARBIERO, 2018).

O jogo de interesses permeou ambas as classes, tanto a burguesia agrária, quanto a burguesia urbano-industrial. Suas alianças, entre si e com o capital externo era pautado na conservação de seus poderes e de seu status nacional. Dessa forma, a incompatibilidade existente foi incapaz de promover um direcionamento no sentido do progresso e mudanças estruturais que proporcionasse tal transformação. Como fica ilustrado em Albuquerque (2011):

Releva-se a existência de uma etapa de transição, em que nenhuma das duas classes econômicas majoritárias detinha condições hegemônicas para o exercício do poder. Portanto, as forças preponderantes – malgrado não-hegemônicas – constituíram uma coalizão de acomodação em que o Estado assumia compromissos com todos esses grupos – oligárquicos (aristocracia agroexportadora), militares, e setores emergentes (grupos empresariais, classe média urbana) – conquanto fossem os mesmos divergentes. Destarte, o ajustamento entre as diversas relações de força antagônicas impossibilitou a ocorrência de mudanças estruturais. (ALBUQUERQUE, 2011)

O fragmento de Albuquerque exposto acima exemplifica um padrão que vai se seguindo, com novas roupagens e agentes. Contudo a burguesia continua em ciclos de articulações em vista do domínio de segmentos da sociedade e da perpetuação da ordem de poder, desde antes, estabelecida em território brasileiro.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As digressões realizadas neste estudo buscaram trazer os traços mais marcantes da atuação da burguesia quando se diz respeito a suposições do fracasso brasileiro em seu desenvolvimento dentro do capitalismo. Buscou-se, além disso, realizar uma caracterização da trajetória histórica, econômica e política para a formação da mentalidade burguesa e de sua relutância em proporcionar caminhos para a modernização da nação.

O objetivo central deste trabalho foi caracterizar e discutir não meramente uma inabilidade por parte da burguesia brasileira, mas sim seu caráter conservador, sendo fator crucial para a não realização de transformações estruturais que lograsse o país, em âmbito capitalista desenvolvido e autônomo, de condições econômicas e sociais de modernização.

Como objeto fundamental para o exercício aqui proposto, sendo o sustentáculo teórico desse debate, as contribuições de Florestan Fernandes e Antônio Carlos Mazzeo foram essenciais para desenvolver uma concepção dos caminhos realizados desde o Brasil colonial até seu aspecto mais contemporâneo. Nesta discussão, Florestan Fernandes demonstra os percalços impostos pela ordem social senhorial em detrimento do advento da ordem social competitiva. O autor lista, para isso, condições específicas encontradas no território, como a resistência às mudanças de paradigma, a estrutura da situação marginal, manutenção de uma economia agrário-exportadora, resultando, em última instância, na ordem social do conformismo “pelo alto”.

Por outro lado, Antônio Carlos Mazzeo destaca as particularidades históricas da condição colonial, bem como as impossibilidades acarretadas para a não ocorrência de uma revolução ou reformas significativas que alterasse o padrão social de poder político e econômico. Mazzeo utiliza, como ferramenta de aproximação do caso brasileiro, os contextos de Inglaterra e França a fim de exemplificar as conjunturas próprias de cada enquadramento trazendo a compreensão das singularidades do Brasil que respondam as escolhas burguesas de caminho, ou não, para o progresso.

Sendo assim, cabe elencar algumas particularidades observadas dentre os autores do pensamento social brasileiro a servir de destaque para esta análise: a) a ordem social detentora de poder, isto é, a latifundiário-escravista, apresenta heranças ideológicas, políticas, culturais e econômicas da Metrópole, daí seu forte teor relutante a abnegação de privilégios de sua classe; b) a própria estrutura latifundiária e escravista como impasse para transformações estruturais no território, vide a não realização de reforma agrária, os vastos lotes de terra desarticulando com as bases urbanas e suas propostas industrializadoras; c) as articulações visando manutenção de privilégios da burguesia agrária e industrial não promoveu uma burguesia nacional hegemônica que criasse campo em virtude das transformações nacionais.

Uma vez que vislumbrou uma tenra possibilidade de transição no século XX, novamente o agente conciliatório se fez presente no jogo político nacional. Uma nação marcada por articulações conformistas via no horizonte a perspectiva, ainda que modesta, de fortalecimento de um segmento capaz de desencadear transformações estruturais através de um Estado forte. Contudo, a “ferramenta” da ditadura cívico-militar se apresentou como mais um episódio conformista e conciliador. A repetição do “prussianismo” ao molde colonial brasileiro com nova aparência. A passagem de Coutinho (apud IASI, 2019) reforça este ponto:

A crise da autocracia burguesa no final dos anos 1970 fez com que se apresentasse a hipótese de que a formação social brasileira encontraria as condições de superar uma das características mais marcantes de nossa história: o prussianismo. Nosso passado colonial e a forma de nossa inserção no modo de produção capitalista teriam imposto uma forma política que implicaria a determinação “pelo alto” das condições fundamentais de desenvolvimento e garantia das relações sociais de produção burguesas, daí a referência ao termo leniniano de “via prussiana. A própria ditadura teria gerado as bases para um processo que levava além dos limites da forma política tradicional que havia até então marcado nossa formação social, isto é, o fato de um Estado forte se impor a uma sociedade civil fraca e gelatinosa. A passagem para o “capitalismo monopolista de Estado” exigiria um conjunto de mediações entre a sociedade e o Estado que acabaria por fortalecer a sociedade civil burguesa, mudando qualitativamente a correlação de forças entre as classes, o que poderia fortalecer o avanço dos trabalhadores e suas demandas, diminuindo, proporcionalmente, a capacidade da burguesia de manter o Estado como instrumento exclusivo de seus interesses.

Portanto, em vias de sintetizar a trajetória de atuação da burguesia brasileira, não coube o aprofundamento de certos aspectos contemporâneos, como as articulações entre burguesia e Estado, processos de revoltas no território, o caráter da organização trabalhista que chegou a causar incômodo e, por vezes, ser pensada como esfera social de cunho transformador incidindo na ditadura cívico-militar; entre outros fatores que

não se esgotam neste trabalho. Assim, este estudo buscou contribuir brevemente com a interpretação de fatores próprios do caso brasileiro que moldaram a ideologia burguesa conformista e periférica, não inábil simplesmente, mas sim vazia de inclinações para ser a vanguarda do desenvolvimento brasileiro no cenário de orientação capitalista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, V. DE .. A formação da classe empresarial brasileira. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 2, p. 262–281, jun. 2011.

CHAVES, A. **A BURGUESIA BRASILEIRA DIANTE DA TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL**. [s.l.: s.n]. Disponível em: <[https://agenrapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias\\_sociais/5751.pdf](https://agenrapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/5751.pdf)>. Acesso em: 18 mai. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica** - 5. Ed - São Paulo: Globo, 2006.

GUTIÉRREZ GARBIERO, G. Interpretações sobre a burguesia no Brasil: as perspectivas de Celso Furtado, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. **Em tese**, v. 15, n. 1, p. 49-74, 12 jun. 2018.

IASI, M. L. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). **Serviço Social & Sociedade**, n. 136, p. 417–438, set. 2019.

MAZZEO, Antonio Carlos, 1950 - **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa** / Antonio Carlos Mazzeo. - 3. ed. - São Paulo: Boitempo, 2015.

PRIETO, G. F. T. A ALIANÇA ENTRE TERRA E CAPITAL NA DITADURA BRASILEIRA. **Mercator (Fortaleza)**, v. 16, p. e16003, 2017.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. . São Paulo: EDUSP, 2018.

TEIXEIRA, R. A. (2006). Capital e colonização: a constituição da periferia do sistema capitalista mundial. **Estudos Econômicos** (São Paulo), 36(3), 539–591. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612006000300005>.